

Nota inicial

O Projecto “Aprofundar a Democracia no Mundo da Vida”, levado a cabo pela UMAR, tinha como objectivo a formação de públicos estratégicos, para que estes possam, através da sua intervenção, ser agentes de mudanças.

Mudanças que se querem e que se reclamam, pelo menos de forma mais efectiva e visível há 30 anos, mudanças que só nós (Homens e Mulheres) podemos fazer, pois a Democracia passa pela intervenção social, política, económica, de homens e mulheres, em que uns não acreditem que são melhores que os outros, em que uns não se julguem superiores em razão de uma lógica, sem lógica, em que finalmente se possa acreditar que é possível mudar, partilhando, e que a construção de um mundo mais igualitário e justo passa por homens e mulheres.

Aprofundar a democracia implica que a construção social de género deixe de ser uma utopia, e passe a ser uma realidade, exige que a igualdade de homens e mulheres passe a ser uma prioridade, implica que todos, independentemente do sexo a que pertençam, tenham melhores possibilidades de formação e emprego, trata-se de dar aos pais a possibilidade de conciliar o trabalho com a paternidade, e de estimular os homens para que assumam uma maior responsabilidade na esfera doméstica e no cuidado dos filhos.

A democracia não pode assentar no paradigma da discriminação que a mulher ainda sofre na nossa sociedade e que, por si só, evidencia a necessidade de continuarmos na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.

A importância de formações como esta, e a sua divulgação, assume primordial relevo na mudança que ainda hoje urge fazer.

Terminava referindo que é importante ser capaz de escolher uma atitude pessoal e de relação que não se baseie e não seja pré-determinada pela tradição, pois só assim a mudança que todos pretendemos pode acontecer.

*Manuel Albano**

* Delegado regional da CIDM do Porto.

Introdução

*Conceição Nogueira**
*Sofia Marques da Silva***

As primeiras reivindicações das mulheres surgem de forma mais sistemática e organizada como manifestação das ideias do Iluminismo. Se a criação da cidadania moderna se pode associar quer à Revolução Francesa (1798) quer a ideias anteriormente preconizadas por Thomas Hobbes e John Locke, que introduziram a noção de Igualdade, pode-se dizer que apenas no século XVIII começa a reflexão teórica sobre as ideias de igualdade e liberdade tomando como ponto de partida o indivíduo, a pessoa como sujeito racional (Beltrán e Maquieira, 2001).

A maioria dos teóricos desse tempo, como por exemplo Rousseau, apenas pretendiam aplicar os conceitos de Igualdade a grupos definidos da sociedade, excluindo as mulheres. Contudo, estas análises foram duramente criticadas por Mary Wollstonecraft através do seu livro *A Vindication of the Rights of Woman* em 1792, o primeiro livro feminista, onde a autora exigia a independência económica para as mulheres, como forma de emancipação pessoal e de respeito pela igualdade. Concebia-se assim que só através da universalização do conceito -Igualdade- as mulheres poderiam estar incluídas. Também o sufrágismo - a luta das mulheres pelo direito ao voto

* Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

** Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

e participação activa na vida pública - se agregou à volta da noção de igualdade e da igual capacidade de homens e mulheres.

A luta feminista passava, deste modo, pela reivindicação da Igualdade, (mesmo universalista) do reconhecimento de capacidades e direitos para homens e mulheres. Esta tendência foi-se prolongando no feminismo e vê-se reflectida nas obras de Simone de Beauvoir ou de Betty Friedan (apenas dois, dos vários nomes fundamentais para o feminismo). Se desde o Iluminismo, a teoria feminista teve como característica constante a reivindicação de um estatuto de igualdade como prévio a qualquer autonomia individual, isso não significou a negação das diferenças, tanto biológicas como culturais que se observam entre homens e mulheres.

Pode-se considerar que as origens do feminismo ocidental se anunciam no tempo da Revolução Francesa e Americana (neste caso, com os homens como aliados pela reivindicação de direitos de cidadania contra o poder das elites). No fim do século XVIII nos EUA a luta contra a escravatura estava associada à luta pela emancipação. Quando a escravatura terminou a aliança também se quebrou (quer entre homens e mulheres como entre mulheres¹). O livro de Mary Wollstonecraft *A vindication of the rights of women* 1792, já atrás referido, é considerado a marca para o início do feminismo na Inglaterra. As mulheres procuravam os mesmos direitos de cidadania que os homens também exigiam e ao mesmo tempo reclamavam da autoridade deles sobre elas. No fim do século XIX, as organizações pelo sufrágio universal existiam quer em Inglaterra quer nos EUA, lutando por direitos civis e legais.

É frequente ver assumida a existência de três vagas no feminismo (Kaplan, 1992). No entanto, certos autores consideram que estas coexistem no feminismo contemporâneo através da expressão de variedades de feminismo(s) (Stainton Rogers e Stainton Rogers, 2001). Independentemente desta última posição, há claras distinções relativas aos objectivos destas diferentes vagas, que é importante referir.

O início da primeira vaga do feminismo é normalmente apontado para o meio do século XIX. A emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado, e a reivindicação pela sua incorporação, no estado moderno industrializado, como cidadãs nos mesmos termos que os homens (Evans, 1994), foram as preocupações centrais deste período da história do feminismo.

Em 1910 realiza-se o 1º Congresso Internacional Feminista na

1. Veremos adiante como a emergência do feminismo negro implica a assunção de causas e lutas por problemas diversos; racismo, pobreza, a ideia de sexo fraco, dependência e fragilidade femininas aplicando-se essencialmente a mulheres brancas da classe média e heterossexuais.

Argentina. Em 1917 durante a Revolução Bolchevique, Alexandra Kollontai ministra do governo de Lenine, funda um gabinete de mulheres e dá origem a reformas radicais: sufrágio e igualdade, casamento civil, divórcio, cuidados maternos gratuitos, maternidade paga, aborto legal, homens e mulheres a trabalhar e a cuidar dos seus filhos de forma igual, são exemplos desse trabalho. No entanto, em 1922 Alexandra Kollontai é demitida, e as reformas são todas colocadas em questão. Em 1927, Estaline inicia um retorno aos valores familiares: leis contra o aborto, divórcio e homossexualidade são introduzidas em 1936 (Stainton Rogers e Stainton Rogers, 2001).

Os objectivos centrais desta primeira vaga foram, assim, a luta pela melhoria das condições materiais de vida das mulheres, a cruzada por direitos civis, tratamento igual na lei, cidadania e direitos sociais e no trabalho.

Quando se fala de segunda vaga fala-se da época que se situa por volta dos anos 60 e que se prolonga mais ou menos até meados dos anos 80 (Kaplan, 1992). Yasmine Ergas (1991) no seu capítulo *O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980*, refere o nítido renascimento dos indícios do feminismo por esta altura histórica, tendo começado em França e na Alemanha por volta de 1968, representando uma época de grande actividade e inovação.

Segundo Kaplan (1992) o feminismo pertenceu também ao fenómeno dos denominados “movimentos sociais” do pós-guerra que criaram uma constelação única na história, já que todos esses movimentos foram caracterizados por uma grande dose de ambição: todos pretendiam renegociar o valor das hierarquias de valores e do poder².

Apontam-se vários factores para o desenvolvimento do feminismo nesta época. A euforia empresarial resultante da explosão económica posterior ao pós-guerra e o rápido e consequente aumento dos padrões de vida em alguns países, deu às mulheres e ao seu trabalho, uma imagem completamente diferente. As mulheres foram chamadas a participar no mercado de trabalho, um convite substancialmente distinto daquele feito durante a segunda guerra mundial, já que naquela altura apenas lhes era pedido um esforço de trabalho circunstancial. O slogan da altura “o que é que os homens fazem que as mulheres não possam fazer?”, foi também o resultado da observação das experiências das mulheres no seu combate diário (muitas delas viúvas de guerra) e não uma crença teórica (Nogueira, 2001). Outros factores importantes para o desenvolvimento do feminismo, parecem ter sido as forças que nasceram e cresceram no interior do

2. O conceito de direitos cívicos ganhou muita popularidade, e homens como Gandhi ou Luther King foram modelos importantes por demonstrarem que é possível ter sucesso utilizando determinadas estratégias face ao poder político.

movimento estudantil do fim dos anos 60, assim como um conjunto de inovações tecnológicas e científicas³.

Apesar da maioria das autoras situar pelos anos 60 o surgimento da segunda vaga, considera-se a publicação do livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir em 1949, o precursor deste movimento. Da preocupação com os direitos civis (leis, direitos e cidadania, característica central da primeira vaga) inicia-se a preocupação com a política interpessoal, e o slogan tão conhecido “o pessoal é político” torna-se sinónimo da caracterização deste período. A noção da desvantagem das mulheres, não só na esfera pública como também na esfera privada e nas relações interpessoais é fundamental. Os objectivos passam então a equacionar-se à volta de políticas de reprodução e da identidade, contraceção e aborto, sexualidade (o prazer e o questionar da heterossexualidade “compulsiva”), violência sexual e doméstica, abusos, questionar dos efeitos dos estereótipos, questionar do tratamento do corpo feminino como objecto (na arte, publicidade e pornografia), são temas caros neste período e que ainda se mantêm no presente, nas diferentes variedades de feminismos. O conceito de patriarcado -dominância do poder pela ideologia masculina- como a fonte mais potente de opressão das mulheres, foi fundamental para todas as análises realizadas neste período. A autora Shulamith Firestone no seu livro *The dialectic of sex* (1979) refere como o poder patriarcal exerce a sua opressão através das limitações impostas pela gravidez e cuidados maternos, pela dominância do poder da medicina nas mãos de homens assim como pela violência sexual e violação.

Central em todas as expressões parecia ser a ideia da opressão feminina, opressão no trabalho mas também, e essencialmente, no seio da família nuclear. Como refere Segal (1995) o “estridente” ressurgir do feminismo como movimento de libertação das mulheres do Ocidente, no fim dos anos 60 tomou a forma de uma crítica fundamental à família. O que preocupava as feministas de então, era a percepção das mulheres como seres dependentes, subvalorizados e frequentemente isolados, essencialmente aquelas que se dedicavam à família a tempo inteiro. O criticismo feminista sobre a ideologia prevalecente da existência da família nuclear como uma instituição imutável, natural e necessária, sugeria que esta (ideologia), representava apenas uma mera glorificação hipócrita da maternidade, que acarretava desigualdades de poder entre os membros de um casal.

3. Uma dessas inovações que teve um impacto extraordinário na vida das mulheres foi a invenção da pílula contraceptiva; esta possibilidade de controlo sobre as suas vidas e os seus corpos proporcionou um sentimento de liberdade até aí nunca sentido.

Durante o pico da segunda vaga dos movimentos feministas, foi utilizado um conjunto de estratégias de protesto, todas elas visando aumentar a consciência da desvantagem feminina, quer no trabalho quer na família. Muito deste activismo político que ocorreu nos inícios da segunda vaga foi espontâneo e não planeado (Kaplan, 1992). Houve situações que foram altamente exaltadas pelos meios de comunicação social da época, como, por exemplo, quando em 1968 se queimaram soutiens, cintas e pestanas postiças, ou em 1970 as mulheres francesas ao depositaram uma grinalda dedicada “à mulher desconhecida do soldado desconhecido”. Por outro lado, a mesma comunicação social, não noticiava outros acontecimentos importantes, como a intervenção feminista na política promovendo mudanças legislativas e de direitos, ou a criação de organizações internacionais (Ergas, 1991). Como refere Kaplan (1992), houve súbitas explosões de raiva, discursos inflamados, expressões exuberantes de solidariedade, campanhas bem organizadas de marchas e acções de grupo, assim como certos actos de desobediência civil, no sentido de reduzir a credibilidade de certas leis (como o foi a lei do aborto)⁴.

Todos estes acontecimentos foram importantes, não só pelo que representaram para o próprio movimento, como também porque foi através deles, que a opinião pública avaliou, e em muitos casos ampliou, condenou ou aprovou, a mensagem do movimento.

Uma das actividades mais importantes das feministas na época, foi a edição de jornais, folhetos e especialmente livros, que serviram para unir mulheres que, em diferentes países, partilhavam das ideias ou sentimentos expressos pelas mensagens difundidas. Para além da contribuição francesa de Simone de Beauvoir com o livro *Le Deuxième Sexe* nos anos 40 (que precedeu outros livros feministas da era do pós-guerra por mais ou menos uma década), surgiram outros títulos, em língua inglesa e principalmente nos Estados Unidos da América, que acabaram por ser depois difundidos na Europa. O livro de Betty Friedan, *The Feminine Mystique* (1963), o de Germaine Greer *The Female Eunuch* (1970), o de Shulamith Firestone *The Dialectics of Sex* (1971) e o livro *Sexual Politics* (1972) de Kate Millet, podem considerar-se as influências mais marcantes para o movimento feminista, influência essa que atravessou fronteiras (Kaplan, 1992).

Neste período inicia-se a mudança do foco da primeira vaga, que enfatizava a igualdade entre homens e mulheres, para a ênfase da

4. Um acto que é exemplo de coragem que caracterizava as activistas daquela época, foi o facto de 300 mulheres francesas, entre elas Simone de Beauvoir, terem anunciado num jornal diário uma espécie de confissão do tipo “Eu abortei”, num período em que esse acto era ilegal e punido por lei.

diferença⁵. Em vez de campanhas por direitos iguais procura-se valorizar e celebrar as qualidades particulares e as capacidades que as mulheres possuem. De uma política de igualdade luta-se por uma política de autonomia.

No que diz respeito a uma terceira vaga, há quem considere que esta representa mais uma época de pós-feminismo (Kaplan, 1992), um período onde os ideais do feminismo são colocados em causa, quer por se considerar que as lutas atingiram os seus objectivos, quer por haver quem pense que as lutas pela igualdade acarretaram prejuízos e perda de qualidade de vida para as mulheres. Nesta perspectiva se insere o designado *Backlash*, movimento reactivo contra o feminismo. Este termo surgiu inicialmente nos meios de comunicação social associado a escritores opositores do feminismo; estes sugeriam que se o feminismo fosse longe demais haveria um *Backlash* por parte dos homens. A frase “Eu não sou feminista, mas...” que se tornou muito usual nos dias de hoje, reflecte o pensamento daquelas mulheres que experienciam e sentem a desigualdade sexual, mas rejeitam a imagem convencional do feminismo (Haste, 1993). Também há quem associe uma terceira vaga, à existência de uma pluralidade de feminismos, a debates e conflitos internos (Snitow, 1990; Stainton Rogers, e Stainton Rogers, 2001) e à discussão relativa ao essencialismo, à diferença e à pós-modernidade (Bohan, 1997).

Assim, pode-se dizer que está bem claro que o feminismo no presente é plural. A diversidade das questões que coloca é uma característica da teoria feminista contemporânea. Dentro dessas questões a noção da “diferença” está cada vez mais na ordem do dia, pelo seu uso e pela sua polifonia. A noção de diferença não é algo de novo na filosofia. A percepção sobre o “Outro” a alteridade, com o que acarreta de reconhecimento e pluralidade está implicitamente presente em toda a reflexão sobre a pessoa, as acções e as relações sociais. Também não é uma ideia nova na teoria feminista: desde sempre se ouviu as mulheres serem consideradas diferentes dos homens e elas mesmas, têm consciência clara dessa diferenciação. No entanto, desde os anos 70 têm surgido um conjunto de autoras e trabalhos no seio da teoria feminista que insistem na vinculação das mulheres a uma visão particular, por vezes renovadora outras transgressora, do conhecimento tradicional (Beltran e Maquieira, 2001). Por isso existem diferentes perspectivas dentro desta relação entre feminismo e diferença. Desde os trabalhos provenientes da psicanálise, passando pelas desconstrutivistas / desconstrucionistas até às manifestações teóricas das mulheres negras ou lésbicas, a noção de diferença cobre uma gama de significados variados.

5. Que virá a ser essencial na análise da terceira vaga.

Perceber e ordenar ou classificar as manifestações distintas da abrangência do feminismo da diferença é complexo e implica reconhecer a complexidade e multiplicidade de perspectivas sob esta grande designação. Sob a designação e problemática da diferença podemos encontrar tentativas de compreensão e solução de problemas bem distintos. Por exemplo, a diferença das mulheres consideradas como um grupo cujo denominador comum é a maternidade, ou a disposição para o cuidado, não tem que ver com a diferença atomista, desintegradora de categorias, que propõe o feminismo pós-moderno.

Tentar apresentar uma classificação do feminismo contemporâneo é uma tarefa difícil. A riqueza e complexidade da teoria feminista não permite tentativas de simplificação. Daí que a edição deste livro apenas se apresente como um pequeno instrumento de trabalho, uma breve introdução para quem se interessa por estas temáticas, tentando que o/a leitor/a possa, a partir daqui, seguir para leituras mais aprofundadas sobre o tema em geral ou alguma perspectiva em particular.

Maria José Magalhães, Helena Pinto e Manuela Tavares, dirigentes da UMAR, apresentam *OS FEMINISMOS E A UMAR – uma reflexão a propósito de “aprofundar a democracia no mundo da vida*. Reflectindo sobre a relevância actual do feminismo como corrente teórica e como movimento político, as autoras discutem os feminismos e a sua relação com a UMAR, a organização promotora da formação e desta publicação, ao mesmo tempo que apresentam algum do trabalho de intervenção que a associação desenvolve.

No capítulo, *Feminismo- conceito polémico. Perspectiva histórica*, faz-se uma breve incursão pelas épocas fundamentais na história de feminismo, referindo-se essencialmente as duas primeiras vagas. A referência a momentos importantes da história do feminismo em Portugal assim como às suas figuras mais marcantes é também uma preocupação das autoras.

A teoria e movimento *Feminista Liberal* caracterizou-se sobretudo pelo conjunto de reivindicações legais que empreendeu associado à exigência da consagração de direitos formais. Reclamando uma igualdade de oportunidades para mulheres e homens assente no pressuposto da racionalidade individual, este tipo de feminismo popularizou-se junto da opinião pública e da classe política, tornando-se mesmo uma das expressões públicas mais visíveis e reconhecidas do amplo Movimento das Mulheres.

No capítulo, *Feminismo Marxista/Socialista*, as autoras começam a sua abordagem partindo de uma análise em torno dos contributos do pensamento marxista no traçar das linhas orientadoras do feminismo socialista. É, assim, num registo de aproximação e distanciamento

relativamente à corrente assinalada que se inicia um texto que nos alerta para a preocupação de uma corrente feminista onde se enfatizam as forças que permeiam as relações de opressão entre classe social e género. Socorrem-se, as autoras, de conceitos cruciais como patriarcado e capitalismo que existem numa lógica de reforço mútuo e que originam formas de opressão que afectam duplamente as mulheres. São convocados/as autores/as que ilustram pelo seu contributo toda construção sócio-histórica do feminismo socialista ao longo do século XX. Finalmente, apresentam algumas limitações daquela corrente.

No capítulo relativo ao *Feminismo Radical*, a autora pretende apresentar de forma breve os principais contributos do feminismo radical, como movimento social e político de transformação das relações de poder entre homens e mulheres. São exploradas as origens do movimento, apresentadas as principais ideias e contributos teóricos, as estratégias de intervenção, bem como as autoras que mais se destacaram. O conceito de patriarcado assim como as estratégias distintas dentro do movimento são tomadas em consideração e, de forma mais detalhada, são apresentados os trabalhos das feministas mais representativas para este tipo de feminismo: Simone de Beauvoir, Kate Millet e Shulamitn Firestone. Por fim, são apresentadas as principais críticas, vicissitudes e legados para os movimentos que se seguiram.

O pensamento feminista tem vindo a estabelecer relações mais ou menos conflituais com a Pós-Modernidade. No texto *Da Tecitura Complexificadora entre Feminismos e Pós-Modernidade, Uma relação de interpelação crítica* defende-se a necessidade de utilização estratégica do pensamento Pós-Moderno para a conceptualização e reforço de um Feminismo Pós-Moderno, sustentado na crítica ao carácter androcêntrico e exclutor de algum do pensamento da Pós-Modernidade. Feminismo esse tipificado pela multi-referencialidade, e enraizado na afirmação das mulheres e dos grupos minoritários como sujeitos-objectos, autoras e autores da sua história, com capacidade de reflexiva e crítica, e na luta pela auto-narração.

É através de conceitos como “empowerment”, cidadania, resistência, racismo, educação que a autora do capítulo relativo ao *Feminismo Negro*, procura dar conta das raízes e das orientações que concretizaram aquilo que podemos considerar a Teoria Feminista Negra. A força do Feminismo Negro parece residir principalmente no desafio ao racismo e a outras dimensões da opressão, na construção e mobilização de estratégias de resistência e na luta pela conquista de modelos democráticos inclusivos de cidadania feminina que promovam a ruptura com uma ordem social opressora e exclusora. Neste lugar, são apresentados os propósitos

que subjazem à reivindicação de “uma voz” por parte das mulheres negras com o sentido de denunciarem não só a sua “ausência” enquanto sujeitos de uma história que se conta do ponto de vista masculino, branco e ocidental, mas igualmente de acusar a obscuridade reivindicativa presente em alguns ideais apologizados por Feministas Brancas, como o de ‘sororidade’, que não servem a todas as mulheres. Destaca-se ainda o carácter fulcral das ‘políticas de identidade’ e da questão da identidade, como referentes para a construção de identidades e subjectividades, individuais e colectivas, de modo diferencial face a diferentes contextos e constrangimentos. Finalmente, demonstra-se a urgência e pertinência em provocar transformações em contextos educativos que promovam formas de cidadania inclusiva, bem como o alargamento destas preocupações a outros grupos considerados “minoritários”.

E, por fim, o capítulo cujo objecto principal é a *Literatura Feminista*, versa sobre os silêncios, as vozes, enfim, sobre universos que se assumiram e se deram a conhecer a partir da escrita literária realizada por mulheres. Procuram, as autoras abordar a importância da literatura para o feminismo, realizando uma análise histórica e cronológica do trajecto das mulheres escritoras no campo da literatura desde o século XIV até ao século XX, evidenciando a sua relação com a escrita, a evolução desta, a par da evolução e ascensão da mulher escritora. A partir de figuras, mulheres escritoras, que ilustram esta análise, as autoras procuram situar duas realidades concretizadas em dois países: Inglaterra e Portugal. As intencionalidades das autoras situam-se não só na revelação das temáticas da escrita, mas igualmente na revelação das condições de realização da própria escrita, obstaculizada por constrangimentos de vária ordem. Ao estarem sensíveis ao papel da escrita em termos sociais, alertam para a maneira como as mulheres escritoras ao longo da história têm procurado, também a partir da escrita, a libertação da dominação masculina, e de outras dominações, procuram conquistar a sua identidade, reivindicando a autoria e a autorização das suas palavras.

Esperamos que a leitura destes capítulos, pela sua característica introdutória, possa incentivar diferentes leituras, estas mais orientadas ou mais aprofundadas. O feminismo enquanto teoria e movimento continua bem vivo na sociedade actual. Um conhecimento mais aprofundado dos seus conceitos, das suas diferenças e dos seus posicionamentos, permitirá que um público cada vez mais alargado possa constituir-se também num movimento cada vez mais amplo e diverso, mas unido pela causa da libertação e da igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beltrán, Elena e Maquieira, Virginia (2001), "Introducción", Em Elena Beltrán, Virginia Maquieira (eds.), Silvina Alvarez, e Cristina Sanchez (2001), *Feminismos. Debates teóricos contemporáneos*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 9-16.
- Bohan, J. (1993), Regarding Gender: essencialism, constructionism and feminist psychology, *Psychology of women quarterly*, 17, 5-22.
- Ergas, Y. (1991), "O sujeito Mulher. O feminismo dos anos 1960-1980", em G. Duby e M. Perrot (eds.), *História das Mulheres. O século XX*, Porto, Edições Afrontamento, pp 579-607.
- Evans, M. (1994), *The woman question*, London, Sage Publications.
- Haste, H. (1993), *The Sexual metaphor*, London, Harvester, Wheatsheaf.
- Kaplan, G. (1992), *Contemporary Western European feminism*, London, UCL Press.
- Lamas, R.W-N. (1995), *Mulheres para além do seu tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Nogueira Soncciação (2001), *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista Crítica na Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Segal, L. (1995), "A feminists looks at the family", em J. Muncie, M., Wetherell, R., Dallos e A. Cochrane (eds.), *Understanding the family*, London, Sage.
- Snitow, A. (1990), "A gender diary", em M. Hirsch e E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in feminism*, New York, Routledge, Inc, pp. 9-43.
- Stainton Rogers, Wendy e Stainton Rogers, Rex (2001), *The Psychology of Gender and sexuality*, (cap. 5- Feminist challenges), Buckingham, Open University Press.